

STJ00120013

CLEUCIO SANTOS NUNES

CURSO COMPLETO DE DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

6ª edição
2024

saraiva  jur

**saraiva**
EDUCAÇÃO**saraiva**Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteado
Gerência de conteúdo e aquisições	Thais Cassoli Reato César
Gerência editorial	Livia Céspedes
Novos projetos	Aline Darcy Fibr de Souza Dailia Costa de Oliveira
Edição	Iris Ferrão
Design e produção	Jeferson Costa da Silva (coord.) Karina Lourenço Kempter Guilherme Salvador Lais Soriano Rosana Peroni Fazolari Tiago Dela Rosa Verônica Pivisan
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Luciano Assis
Revisão	Magda Carlos
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	BMF Gráfica e Editora

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

N972C

Nunes, Cleucio Santos

Curso Completo de Direito Processual Tributário/
Cleucio Santos Nunes. – 6. ed. – São Paulo: Saraiva
Jur, 2024.

912 p.

ISBN: 978-85-5362-148-4 (impresso)

1. Direito. 2. Direito Processual Tributário. I.
Título.

2023-3140

COD 347.9:336.2
CDU 343.8104**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito Processual Tributário	347.9:336.2
2. Direito Processual Tributário	343.8104

Data de fechamento da edição: 18-01-2024Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA

17189

CL

608729

CAE

847530

Sumário

<i>Nota à sexta edição</i>	VII
<i>Nota à quinta edição</i>	IX
<i>Nota à quarta edição</i>	XI
<i>Nota à terceira edição</i>	XIII
<i>Nota à segunda edição</i>	XV
<i>Abreviaturas</i>	XXI

CAPÍTULO 1

Introdução ao processo tributário

1.1 Processualização dos poderes do Estado	1
1.1.1 Fundamentos da processualidade.	1
1.1.2 Conceito de processualização.	5
1.2 Da processualização.	9
1.2.1 História da processualização	9
1.2.2 Processualização como conquista do Estado moderno . . .	15
1.3 A necessária distinção entre procedimento e processo	20
1.3.1 Identificação do procedimento e do processo.	25
1.3.1.1 Procedimento em razão do Estado democrático de direito	28
1.3.1.2 Procedimento para legitimar o exercício do poder	30
1.3.1.3 Procedimento para conceder transparência ao ato do Poder Público	30

1.3.1.4	Procedimento para o controle da vontade do Estado e do exercício do poder	31
1.3.1.5	Procedimento para formalizar uma pretensão	32
1.3.2	Conceito de procedimento e de processo	33
1.4	Sentidos jurídicos da locução “processo tributário”	35
1.5	Distinções entre procedimento e processo administrativo em matéria tributária	37
1.6	Tipos de procedimentos administrativos tributários e o processo administrativo tributário	39
1.7	O processo tributário	40

CAPÍTULO 2

Princípios e garantias do direito processual tributário

2.1	Evolução do conceito de princípio	43
2.1.1	Princípio como norma jurídica	45
2.1.2	A passagem dos princípios como norma de comportamento para a condição de normas jurídicas	47
2.1.3	Identificação dos princípios jurídicos	49
2.2	Conteúdo jurídico dos vocábulos “princípio” e “regra”	50
2.3	Conteúdo jurídico do vocábulo “garantia”	51
2.4	Instrumentos gerais de ponderação	53
2.4.1	O instrumento da proporcionalidade	55
2.4.2	O instrumento da razoabilidade	57
2.5	Sistematização dos princípios e das garantias constitucionais do procedimento e do processo tributário	58

2.6	Princípios exclusivos dos procedimentos administrativos	63
2.6.1	Princípio da inquisitorialidade	63
2.6.2	Princípio da cientificação	68
2.7	Princípios comuns aos procedimentos e aos processos administrativo e judicial.	70
2.7.1	Princípio do devido processo legal	71
2.7.2	Princípio da oficialidade.	77
2.7.3	Princípio do formalismo moderado	78
2.7.4	Princípio da verdade material.	81
2.8	Princípios exclusivos do processo judicial	83
2.8.1	Princípio do acesso à jurisdição	83
2.8.2	Princípio dispositivo	89
2.9	Garantias exclusivas do processo contencioso: administrativo ou judicial	93
2.9.1	Garantia do contraditório.	93
2.9.2	Garantia da ampla defesa	97
2.9.2.1	Garantia da ampla defesa e o direito à alegação	98
2.9.2.2	Garantia da ampla defesa e o direito à prova.	99
2.9.2.3	Garantia da ampla defesa e o direito de recorrer.	104
2.10	Garantias comuns aos procedimentos e ao processo tributário contencioso	108
2.10.1	Direito de petição.	108
2.10.2	Garantia do dever de fundamentação das decisões.	112
2.10.3	Garantia da publicidade	116
2.10.4	Garantia da acessibilidade	121
2.10.5	Garantia de duração razoável do processo	121

2.11	Garantia exclusiva dos procedimentos e do processo administrativo contencioso: gratuidade	123
------	---	-----

CAPÍTULO 3

Procedimentos administrativos tributários

3.1	Procedimentos administrativos de exigência do crédito tributário	127
3.1.1	Lançamento tributário como procedimento ou ato administrativo	131
3.1.2	Modalidades de lançamento tributário	133
3.1.2.1	Lançamento por declaração ou misto	133
3.1.2.2	Lançamento por homologação	135
3.1.2.3	Lançamento por arbitramento	139
3.1.2.4	Lançamento de ofício ou direto	140
3.2	Fases dos procedimentos de constituição do crédito tributário. . .	143
3.2.1	Fase preparatória	145
3.2.2	Fase notificatória	148
3.3	Procedimentos de fiscalização das obrigações tributárias	149
3.3.1	Conceito de legislação tributária para os fins da atividade de fiscalização	152
3.3.2	Prerrogativas da fiscalização diante dos direitos fundamentais	157
3.3.2.1	Fiscalizações tributárias independentemente do consentimento do fiscalizado	159
3.3.2.2	Fiscalizações tributárias e a apreensão de mercadorias ou documentos fiscais.	160
3.3.2.3	A entrega de documentos obrigatórios nas repartições fiscais	163

3.3.2.4	Poder de fiscalização sobre quaisquer livros fiscais ou documentos.	164
3.3.2.5	Prazo decadencial de guarda de livros e comprovantes de lançamentos.	165
3.3.3	Legitimação do poder de fiscalizar pelo procedimento. . .	166
3.3.3.1	Controvérsias a respeito de decadência e seus efeitos sobre o lançamento de ofício.	167
3.3.3.2	Duração razoável do procedimento de constituição do crédito.	172
3.3.3.3	Conclusão da fiscalização.	178
3.3.4	Dever de informar ao fisco.	179
3.3.4.1	Distinção entre os sigilos bancário e fiscal.	182
3.3.4.2	O sigilo bancário antes e depois da Constituição Federal de 1988.	184
3.3.4.3	O sigilo bancário perante a LC n. 105/2001.	187
3.3.4.4	Retroatividade da Lei n. 10.174/2001 aos fatos geradores anteriores à sua vigência.	190
3.3.5	Dever de sigilo fiscal imposto à Fazenda.	191
3.3.6	Fiscalização do Simples Nacional.	194
3.3.7	Novos procedimentos fiscalizatórios: georreferenciamento, notificações por WhatsApp e outros aplicativos.	200
3.4	Procedimentos administrativos tributários de iniciativa do sujeito passivo.	202
3.4.1	A consulta fiscal.	204
3.4.1.1	Legitimidade e objeto da consulta federal.	207
3.4.1.2	Formalização e declarações obrigatórias da consulta federal.	209
3.4.1.3	Competência territorial e material para consulta fiscal federal.	210

CURSO COMPLETO DE DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

3.4.1.4	Efeitos da consulta federal	211
3.4.1.5	Recurso especial de divergência na consulta federal.	217
3.4.1.6	Ineficácia da consulta	218
3.4.2	Procedimentos de ressarcimento, restituição e compensação	219
3.4.2.1	Regras gerais sobre restituição e compensação no CTN	223
3.4.2.2	Os procedimentos de restituição, ressarcimento e compensação de tributos federais	226
3.4.2.3	O art. 170-A do CTN e outras questões relevantes sobre a compensação	232
3.4.3	O parcelamento	236
3.4.3.1	Suspensão de Execução Fiscal diante do pedido de parcelamento	241
3.4.3.2	A opção pelo parcelamento e a suspensão e extinção da punibilidade penal	244
3.4.3.3	O pedido de parcelamento como suposta confissão de dívida.	246

CAPÍTULO 4**Processo administrativo tributário contencioso**

4.1	Aspectos gerais	251
4.2	Origens do processo administrativo tributário	254
4.2.1	Jurisdição administrativa	259
4.2.2	Processo administrativo tributário no direito comparado.	261
4.2.3	Síntese do processo tributário no direito comparado	266

4.3	O auto de infração e a notificação de lançamento	271
4.4	Admissão da defesa: início do processo administrativo.	278
4.4.1	Requisito temporal.	280
4.4.2	Requisito da legitimidade e do interesse.	288
4.4.3	Requisitos formais	290
4.4.3.1	Competência para processar e julgar a defesa . . .	292
4.4.3.2	Qualificação do sujeito passivo, fatos e fundamentos da defesa	294
4.4.3.3	Indicação das provas	295
4.4.3.4	Discussão judicial concomitante	298
4.4.4	Requisitos formais da defesa no processo eletrônico	303
4.4.5	Elaboração da defesa	304
4.4.5.1	Preâmbulo	304
4.4.5.2	Narração dos fatos	306
4.4.5.3	Fundamentação jurídica	306
4.4.5.4	Pedido de improcedência	307
4.5	Instrução do processo	308
4.5.1	A preclusão da prova diante da verdade material	312
4.5.2	Limites à preclusão da prova no processo contencioso de compensação	314
4.6	Resolução do processo administrativo: decisão de primeira instância	317
4.7	Recursos contra a decisão de primeira instância	320
4.7.1	O recurso voluntário	321
4.7.2	Elaboração do recurso voluntário.	323
4.7.2.1	Exposição dos fatos	323

CURSO COMPLETO DE DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

4.7.2.2	Fundamentos para a reforma da decisão	323
4.7.2.3	Pedido de reforma	324
4.7.3	Recurso de ofício	324
4.8	Decisão de segunda instância administrativa	326
4.8.1	Recursos de competência de julgamento do CARF	331
4.8.2	Processamento dos recursos	332
4.8.2.1	O problema do voto de qualidade	336
4.8.2.2	Do julgamento em reunião assíncrona e pelo rito sumário	340
4.8.3	Dos recursos cabíveis contra as decisões do CARF	343
4.8.3.1	Dos embargos de declaração	343
4.8.3.2	Do recurso especial	345
4.8.3.3	Do agravo	347
4.8.4	Das súmulas e resoluções da CSRF	349
4.8.5	Da desistência dos recursos	350
4.8.6	Do recurso hierárquico	351
4.8.7	Da suspeição e do impedimento dos Conselheiros	355
4.8.8	Do contencioso tributário de pequeno valor	358
4.9	Nulidades no processo administrativo fiscal	360
4.9.1	Classificação das nulidades do processo	361
4.9.2	Extensão das nulidades	364
4.10	Processo administrativo fiscal do Simples Nacional	364
4.11	Imutabilidade da decisão administrativa de última instância contrária à Fazenda Pública	365
4.12	A transação de tributos federais	368
4.12.1	A transação de créditos inscritos na DAU	373

4.12.2	A transação no contencioso de relevante e disseminada controvérsia	374
4.12.3	A transação no contencioso tributário de pequeno valor ...	376

CAPÍTULO 5

Dívida ativa

5.1	Aspectos gerais	379
5.2	Conceito e finalidade de dívida ativa	380
5.3	Inscrição na dívida ativa	382
5.3.1	Principais consequências da inscrição na dívida	387
5.3.1.1	Exequibilidade do crédito	387
5.3.1.2	Presunção de certeza e liquidez	388
5.3.1.3	O encargo de 20% do débito inscrito de tributos federalis	390
5.3.1.4	Outros efeitos da inscrição na dívida ativa ...	396
5.3.1.5	Protesto da certidão de dívida ativa	399
5.3.1.6	A inconstitucionalidade da indisponibilidade coercitiva de bens do devedor inscrito na DAU ...	401
5.3.1.7	Análise dos arts. 20-B a 20-E da Lei n. 10.522, de 2002	405
5.3.1.8	Ilegalidade da regulamentação das consequên- cias do ato de inscrição na dívida ativa	408
5.3.1.9	Da antecipação da garantia à Execução Fiscal ...	410
5.3.1.10	Do Pedido de Revisão de Dívida Inscrita (PRDI) ..	411
5.3.1.11	Da averbação pré-executória de bens do devedor inscrito	413
5.3.1.12	O entendimento do STF sobre a averbação pré- executória	416

5.3.2	Decadência e prescrição do crédito tributário em face da inscrição na dívida	420
5.3.2.1	Decadência e inscrição na dívida	420
5.3.2.2	Prescrição e inscrição na dívida	422
5.3.2.3	Dispensa da inscrição na dívida ativa	427
5.4	Requisitos do termo de inscrição na dívida ativa	429
5.4.1	Identificação do devedor	430
5.4.2	Valor, origem, natureza e fundamento legal da dívida inscrita	433
5.5	Nulidade do ato de inscrição na dívida ativa.	435

CAPÍTULO 6

Processo judicial tributário

6.1	Noções básicas.	443
6.1.1	O processo judicial tributário.	448
6.1.2	Juizado Especial da Fazenda Pública	452
6.1.2.1	Competência do Juizado Especial da Fazenda Pública	454
6.1.2.2	Partes e procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública	457
6.1.2.3	Cumprimento do acordo ou da sentença no Juizado Especial da Fazenda Pública.	458
6.2	A petição inicial no processo judicial tributário	460
6.2.1	Providências preliminares à elaboração da petição inicial.	461
6.2.2	Fixação da competência jurisdicional.	464
6.2.3	Qualificação das partes.	467

6.2.4	A exposição da causa de pedir	468
6.2.5	O pedido	470
6.2.6	Tutelas provisórias	471
6.2.6.1	Disposições gerais da tutela de urgência	473
6.2.6.2	Tutela provisória antecipada no processo tributário	477
6.2.6.2.1	A petição inicial e o procedimento na tutela antecipada antecedente	479
6.2.6.2.2	A audiência de conciliação e de mediação no processo tributário	486
6.2.6.3	Tutela provisória cautelar no processo tributário.	488
6.2.6.4	Tutela provisória de evidência no processo tributário	495
6.2.6.5	Restrições à tutela provisória contra a Fazenda Pública	498
6.2.6.5.1	A inconsistência dos óbices à concessão por força do duplo grau necessário	502
6.2.6.5.2	A falsa premissa do impedimento à tutela antecipada com base no regime de precatórios	504
6.2.6.5.3	A superação dos óbices à antecipação da tutela contra Fazenda Pública.	506
6.2.6.6	Tutelas provisórias nas causas de repetição de valores	509
6.2.6.7	Tutelas provisórias na compensação de créditos tributários	512
6.2.7	Atribuição do valor da causa nas ações tributárias	517
6.2.8	Requerimento de produção de provas	520

6.2.9	Documentos que devem acompanhar a inicial	521
6.2.10	Distribuição	523
6.2.10.1	Distribuição em regime de urgência	523
6.2.10.2	Possibilidade de distribuição por meios eletrônicos.	524
6.2.10.3	Os ônus da sucumbência nas ações tributárias	526

CAPÍTULO 7

Ações judiciais de iniciativa da Fazenda Pública

7.1	Medida cautelar fiscal	531
7.1.1	Extensão do objeto da medida aos bens dos sócios	532
7.1.2	Requisitos da petição inicial	534
7.1.3	Procedimento.	536
7.2	Execução Fiscal	539
7.2.1	Suspensão e interrupção da prescrição na Execução Fiscal	541
7.2.2	Prescrição intercorrente	543
7.2.3	A petição inicial de execução fiscal.	544
7.2.4	Competência jurisdicional	544
7.2.5	Exclusividade do juízo da execução fiscal	545
7.2.6	Competência na execução fiscal e as ações declaratórias ou anulatórias	548
7.2.7	Legitimidade processual.	552
7.2.7.1	Responsabilidade de terceiros na execução fiscal	553
7.2.7.2	Redirecionamento da execução fiscal	554
7.2.8	Causa de pedir, pedido e valor da causa.	566
7.2.9	Provas e documentos que acompanham a inicial	567

7.2.10	Procedimento da execução fiscal	569
7.2.10.1	Citação do devedor.	569
7.2.10.2	Procedimento da execução fiscal ante a ausência de defesa do executado.	571
7.2.10.3	Procedimento da execução fiscal nos casos de rejeição liminar dos embargos (intempestividade e penhora insuficiente).	573
7.2.11	Penhora de bens.	578
7.2.11.1	Antecipação da penhora	581
7.2.11.2	Indisponibilidade de bens e direitos do devedor	584
7.2.12	Impacto da execução comum na execução fiscal	586
7.2.12.1	Indicação de bens à penhora pelo exequente	588
7.2.12.2	Penhora sobre bens de corresponsáveis ou do meeiro	591
7.2.12.3	Penhora de percentual de faturamento de empresa.	591
7.2.12.4	Penhora on-line de recursos financeiros	592
7.2.13	Medidas de defesa do executado na execução fiscal	596
7.2.13.1	Exceção de pré-executividade.	596
7.2.13.1.1	Sucumbência na exceção de pré-executividade	598
7.2.13.1.2	Petição de exceção de pré-executividade	599
7.2.13.2	Embargos à execução	600
7.2.13.2.1	Prazo para oposição dos embargos à execução	602
7.2.13.2.2	Juízo competente	603
7.2.13.2.3	Valor da causa	603

7.2.13.2.4	Documentos que deverão instruir a ação	604
7.2.13.2.5	Provas e incidentes processuais . . .	605
7.2.13.2.6	Recursos.	606
7.2.13.2.7	Resposta aos embargos à execução . .	608
7.3	Regras especiais à execução fiscal de tributos federais	608
7.3.1	Dos limites da responsabilidade tributária	611
7.3.2	Dos vícios jurídicos na indisponibilidade de bens da Exe- cução Fiscal federal	613
7.3.3	Da suspensão da execução e a inconstitucionalidade da regra de interrupção da prescrição intercorrente	616

CAPÍTULO 8

Ações judiciais de iniciativa do sujeito passivo da obrigação tributária

8.1	Mandado de Segurança em matéria tributária	619
8.1.1	Fundamentação legal e cabimento do Mandado de Segu- rança	623
8.1.2	Legitimidade processual.	629
8.1.3	Liminar	631
8.1.4	Valor da causa	638
8.1.5	Provas no Mandado de Segurança	639
8.1.6	A prova no Mandado de Segurança Preventivo.	644
8.1.7	Exaurimento da instância administrativa	647
8.1.8	Procedimento do Mandado de Segurança.	648
8.1.8.1	Ajuizamento da ação	648
8.1.8.2	Despacho inicial.	649

8.1.8.3	Notificação da autoridade e informações	651
8.1.8.4	Oitiva do Ministério Público	652
8.1.8.5	Sentença	652
8.1.8.5.1	Cassação da liminar pela sentença denegatória de segurança e meios para sua manutenção	655
8.1.8.5.2	Implicações entre a sentença e a coisa julgada no mandado de segurança	660
8.1.8.5.3	O alcance da coisa julgada do Mandado de Segurança e as relações jurídicas tributárias de trato sucessivo	662
8.1.8.5.4	A coisa julgada tributária de trato sucessivo e as decisões supervenientes do STF	665
8.1.8.5.5	Eficácia mandamental <i>versus</i> natureza declaratória da sentença no Mandado de Segurança	672
8.1.8.6	Recursos no Mandado de Segurança	673
8.1.8.6.1	Agravo de instrumento	673
8.1.8.6.2	Apelação, remessa de ofício e demais recursos em Mandado de Segurança	675
8.1.8.7	Suspensão da liminar ou da sentença de Mandado de Segurança	677
8.1.9	Mandado de Segurança Coletivo no direito tributário	682
8.1.9.1	Disciplina do Mandado de Segurança Coletivo na LMS	684
8.1.9.2	Distinção entre interesses e direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	686
8.1.9.3	Limites do Mandado de Segurança Coletivo em matéria tributária	689

CURSO COMPLETO DE DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

8.2	Ação Declaratória	693
8.2.1	Cabimento no processo tributário	694
8.2.2	Requisitos da petição inicial	696
8.2.2.1	Competência de foro e funcional	696
8.2.2.2	Legitimidade	698
8.2.2.3	Causa de pedir e pedido	699
8.2.2.4	Pedido e a opção pelas tutelas provisórias de urgência	699
8.2.2.5	Requerimentos de citação e produção de prova	703
8.2.2.6	Valor da causa e audiência de conciliação ou de mediação	704
8.2.3	Síntese do rito	705
8.3	Ação Anulatória	708
8.3.1	Fundamentos da ação anulatória	709
8.3.2	Cabimento da ação anulatória	711
8.3.3	Ação anulatória de débito fiscal e a exigência de depósito (Lei n. 6.830, de 1980, art. 38)	714
8.3.3.1	Suspensão da exigibilidade mediante depósito na ação anulatória	716
8.3.3.2	Suspensão da exigibilidade sem depósito na ação anulatória	719
8.3.4	Implicações sobre ação anulatória e o ajuizamento de execução fiscal	721
8.3.5	Ação anulatória depois de consumado o prazo para embargos à execução fiscal	724
8.3.6	Conversão do depósito em renda da Fazenda Pública	726
8.4	Ação de Repetição de Indébito	736
8.4.1	Cabimento no processo tributário	737

8.4.2	Restituição de tributos indiretos (CTN, art. 166)	741
8.4.3	Prazo para propositura da ação	750
8.4.4	Repetição de indébito fundada em inconstitucionalidade de lei tributária	755
8.4.5	Requisitos da inicial	760
8.4.5.1	Competência e legitimidade	760
8.4.5.2	Causa de pedir e pedido	768
8.4.5.2.1	A incidência de acréscimos legais na repetição de indébito	768
8.4.5.2.2	Cumulação de pedidos	778
8.4.5.3	Provas e valor à causa	779
8.5	Medidas judiciais para compensação no Direito Tributário	781
8.5.1	Das medidas judiciais	781
8.5.2	Prescrição do direito à compensação e atualização do crédito do sujeito passivo	787
8.5.3	Compensação e precatórios judiciais	788
8.5.4	Requisitos da petição inicial	793
8.5.4.1	Juízo competente	793
8.5.4.2	Causa de pedir e pedido	794
8.5.4.3	Valor da causa	794
8.5.4.4	Provas	795
8.6	Ação de Consignação em Pagamento	795
8.6.1	Hipóteses de cabimento	799
8.6.1.1	Recusa de recebimento e subordinação do recebimento ao cumprimento de outras obrigações	799
8.6.1.2	Recusa e subordinação ao recebimento de tributo e imputação de pagamento	802
8.6.1.3	Direito a consignação fundada na dúvida	804

CURSO COMPLETO DE DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

8.6.2	Requisitos da petição inicial	806
8.6.2.1	Competência e legitimidade	806
8.6.2.2	Causa de pedir, pedido, provas e valor da causa	809
8.6.3	Procedimento da ação de consignação em pagamento	810
8.6.4	Implicações sobre os ônus da sucumbência	815

CAPÍTULO 9**Propostas básicas para um novo processo tributário**

9.1	Aspectos gerais	819
9.2	Dos tribunais administrativos	823
9.3	Possibilidade de transação administrativa ou conciliações tributárias	827
9.4	Das decisões administrativas definitivas	830
9.5	Alienação ou securitização da dívida ativa	835
9.6	Do cumprimento da decisão administrativa definitiva	838
9.7	Disposições processuais gerais vinculativas a todas as unidades da federação	839
9.8	Da arbitragem no processo tributário	840
9.8.1	Aspectos gerais da arbitragem	840
9.8.2	Óbices à arbitragem no processo tributário	842
9.8.3	A arbitragem tributária em Portugal	842
9.8.4	Das propostas de regulamentação da arbitragem tributária no Brasil	843
	<i>Súmulas do processo tributário</i>	847
	<i>Bibliografia</i>	853